

40

064



*Posto Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 127254-4 - Recife/PE  
AGRAVANTE: INPEL INDÚSTRIA TERMOPLÁSTICO EXT. INJ. DE  
PERNAMBUCO S/A  
AGRAVADO: BFC FACTORIN LTDA  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO.  
AÇÃO DE COBRANÇA. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL.  
BLOQUEIO DE CONTA-CORRENTE.

Segundo o entendimento do STJ, "dentre os bens penhoráveis, o dinheiro é preferencial aos demais, de acordo com a ordem legal estabelecida no Código de Processo Civil. A necessidade de substituição da garantia por outro bem é admitida somente em hipóteses excepcionais, desde que não ocasione prejuízo ao exequente. É possível a penhora sobre dinheiro depositado em conta bancária de titularidade de pessoa jurídica, sem que haja afronta ao princípio da menor onerosidade da execução disposto no art. 620 da Norma Processual (REsp nºs 528.227/RJ e 390.116/SP).

5501

**DECISÃO:** "À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE  
PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO  
DO RELATOR".

**DATA DO JULGAMENTO:** 06/01/2010.

#### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 127254-4 - Recife/PE, em que é AGRAVANTE INPEL INDÚSTRIA TERMOPLÁSTICO EXT. INJ. DE PERNAMBUCO S/A e AGRAVADO BFC FACTORIN LTDA, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Recife, 22 de janeiro de 2010.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº127254-4 - RECIFE - PE  
AGRAVANTES: INPEL INDÚSTRIA TERMOPLÁSTICO EXT. INJ. DE  
PERNAMBUCO LTDA E OUTROS  
AGRAVADO: BFC FACTORING LTDA.  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

### **RELATÓRIO**

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por INPEL Indústria Termoplástico Ext. Inj. de Pernambuco LTDA, N.H.Comércio Ltda. e Russel José Andrade, em face da decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 32ª Vara Cível da Capital nos autos da Ação de Cobrança nº 001.2004.009515-1, promovida pelo BFC Factoring Ltda., que consistiu em determinar o bloqueio das contas-correntes e aplicações financeiras dos agravantes, até o limite do valor exequendo, através do Sistema BACEN - JUD.

Alegam os agravantes que, com relação ao terceiro agravante, a execução nem mesmo se iniciou posto que não foi citado dos seus termos, não lhe tendo conferido oportunidade de indicar bens passíveis de penhora, tampouco de pagar o valor pretensamente devido. Argumentam ainda que se tratando de execução contra mais de um executado, o prazo de 24 horas para pagamento ou oferta de bens, somente começa a contar a partir da citação de todos. Pretendem a reforma da Decisão atacada.

Foi negado efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento e inconformada a empresa agravante interpôs Agravo Regimental aduzindo as mesmas razões anteriormente expostas.

Não há contrarrazões.

É o relatório.

Inclua-se em pauta

Recife, 15 de dezembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador relator



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº127254-4 -- RECIFE - PE  
AGRAVANTES: INPEL INDÚSTRIA TERMOPLÁSTICO EXT.INJ. DE  
PERNAMBUCO E OUTROS  
AGRAVADO: BFC FACTORING LTDA.  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Adoto como razões de decidir, o mesmo fundamento exposto na decisão interlocutória por mim proferida que tem o seguinte teor:

"DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por Inpel Indústria Termoplástico Ext. Inj. de Pernambuco, N.H. Comércio Ltda. e Russel José Andrade, atacando decisão proferida pelo Juízo da 32ª Vara Cível da Capital nos autos da Ação de Cobrança nº001.2004.009515-1, que lhes promove BFC Factoring Ltda., que consistiu em determinar o bloqueio das contas-correntes e aplicações financeiras dos agravantes, até o limite do valor exequendo, através do Sistema BACEN - JUD. Alegam os agravantes que, com relação ao terceiro agravante, a execução nem mesmo se iniciou posto que não foi citado dos seus termos, não lhe tendo conferido oportunidade de indicar bens passíveis de penhora, tampouco de pagar o valor pretensamente devido. Argumentam ainda que se tratando de execução contra mais de um executado, o prazo de 24 horas para pagamento ou oferta de bens, somente começa a contar a partir da citação de todos. Dizem mais que o bloqueio das contas dos agravantes irá inviabilizar a continuidade das suas atividades e que a execução deve ser promovida pelo modo menos gravoso para o executado. Pedem a concessão de efeito suspensivo para desbloquear as contas bancárias e ao final o provimento do recurso. Não

39  
067

me parecem presentes os pressupostos autorizadores da concessão de liminar para atribuir efeito suspensivo à decisão agravada, porquanto, sequer demonstram os agravantes que outros bens foram nomeados à penhora, nos autos da execução, para se permitir à aplicação do art. 620 do CPC. A única penhora existente é o valor bloqueado das contas bancárias dos agravantes. O Juízo de execução não está seguro por outro meio, a não ser pelo numerário bloqueado. Assim sendo, não são relevantes os fundamentos do pedido. Não há a presença do "fumus boni juris" embora presente o "periculum in mora", posto que os agravantes podem sofrer conseqüências de difícil reparação diante da impossibilidade de não poderem utilizar os valores bloqueados nas suas atividades normais, entretanto para a concessão da liminar requerida, os dois pressupostos legais têm que estar presentes simultaneamente, o que não é o caso. Indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo à decisão agravada. Pronuncie-se o agravado no prazo legal. Publique-se e intime-se. Recife, 18 de agosto de 2005. DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO-RELATOR"

Não vislumbro motivos para entender de outro modo. Foi acertada a decisão do juízo monocrático, uma vez que não demonstraram os agravantes que outros bens foram nomeados à penhora nos autos da execução para se permitir à aplicação do art. 620, do CPC.

Posto isto, mantenho a decisão agravada e NEGÓCIO ao presente recurso de Agravo de Instrumento.  
É como voto.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator.

W/jma